

ARTIGO

**Recebido em:
04/03/2013**

**Aceito em:
27/07/2013**

Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 18, n. 37, p. 61-82, mai./ago., 2013. ISSN 1518-2924. DOI: 10.5007/1518-2924.2013v18n37p61

Correntes teóricas da Arquivologia *Theoretical currents of Archival Science*

Carlos Alberto Ávila ARAÚJO¹

RESUMO

A Arquivologia se constituiu, como disciplina científica, no final do século XIX, a partir da consolidação de um modelo custodial e patrimonialista. No século XX, desenvolveram-se diversas teorias, sistematizadas neste texto em quatro eixos, ampliou seu escopo de estudos e problematizações. Como efeito desta ampliação, desenham-se perspectivas contemporâneas com modelos sistêmicos, abarcando diferentes tipos de arquivos, preocupadas com o contexto sociocultural dos arquivos e também inserindo nas práticas as tecnologias digitais.

PALAVRAS-CHAVE: *Information Literacy*. Competência em Informação. Leitura. Mediação de Leitura. Biblioteca Pública.

ABSTRACT

Archival Science was formed, as a scientific discipline, in the late nineteenth century, from the consolidation of a custody and heritage model. In the twentieth century, several theories have been developed, systematized in this article in four axes. As a result, Archival Science has expanded its scope of studies. As a result of this expansion, there are contemporary perspectives with systemic models, covering different types of archives, concerned with the sociocultural context of the archives, and also inserting digital technologies in the practice of archives.

KEYWORDS: Archival Science. Epistemology of Archival Science. Theoretical currents of Archival Science.

1 INTRODUÇÃO

O campo relacionado aos arquivos tem uma longa história (de, ao menos, alguns milênios) enquanto atuação profissional e prática institucional. Sua construção enquanto campo de conhecimento autônomo vem se processando nos últimos cinco séculos, sendo que sua consolidação enquanto uma disciplina científica se deu no final do século XIX (RUFEL, 2009). De lá para cá, diversos estudos, pesquisas, práticas e reflexões foram se desenvolvendo, constituindo diferentes perspectivas ou correntes de estudo, que resultam hoje na riqueza e diversidade conceitual e teórica que compõe o campo da Arquivologia.

O objetivo deste texto é apresentar uma sistematização dessa produção científica diversa, por meio do agrupamento de teorias e reflexões a partir de sua filiação, mais ou menos explícita, às diversas correntes de pensamento que perpassam, de uma maneira geral, as várias ciências sociais e humanas – nas quais a Arquivologia se insere enquanto modalidade específica do conhecimento científico.

Para a consecução deste objetivo, foi realizado um amplo rastreamento na literatura da área, produzida em diferentes épocas e em diferentes contextos, selecionada principalmente a partir de sua presença em manuais, tratados e livros introdutórios ao campo da Arquivologia. A seguir, procedeu-se à identificação dos fundamentos desta produção teórica, para então se realizar o agrupamento do qual resultaram os eixos apresentados a seguir.

2 DAS ORIGENS À CONSOLIDAÇÃO CIENTÍFICA

Refletir sobre a origem da Arquivologia conduz obrigatoriamente às primeiras atividades culturais humanas – entendendo aqui cultura como a ação simbólica, humana, de interpretar o mundo e de produzir registros materiais dessas ações em qualquer tipo de suporte físico. É uma parte destes primeiros registros materiais que constitui a origem daquilo que séculos depois será conhecido como “documento de arquivo”. Mas foi com a invenção da escrita e do estabelecimento das primeiras cidades, no início dos processos de fixação das coletividades num território específico, há mais de cinco milênios, que apareceram as primeiras manifestações de espaços específicos (que seriam conhecidas, séculos depois, como as “instituições arquivísticas”) voltados para a guarda e a preservação de acervos documentais. No Egito Antigo, na Grécia Clássica, no Império Romano, nos mundos árabe e chinês do primeiro milênio e na Idade Média na Europa, ergueram-se e consolidaram-se diversos arquivos relacionados

com os mais diversos fins – religiosos, políticos, contábeis, jurídicos, entre outros (SILVA et al, 1998).

Contudo, foi após o Renascimento, a partir do século XV, que começaram a surgir os primeiros traços efetivos daquilo que se poderia chamar de um conhecimento teórico específico da Arquivologia. Com o Renascimento, renasceu o interesse pela produção humana, pelo estudo de sua história e evolução política e econômica. Salientou-se assim o interesse pela salvaguarda e preservação dos registros das atividades humanas nas mais variadas esferas.

Proliferaram, a partir do século XVII, tratados e manuais voltados para as regras de procedimentos nas instituições responsáveis pela guarda das obras, para as regras de preservação e conservação física dos materiais, para as estratégias de descrição formal das peças e documentos, incluindo aspectos sobre sua legitimidade, procedência e características, sendo que *De re diplomatica*, de Dom Jean Mabillon, publicada em 1681, é considerada uma obra fundadora do campo pois contém “os primeiros elementos da doutrina arquivística” (FONSECA, 2005, p. 31). A produção simbólica humana, compreendida como um “tesouro” que precisaria ser devidamente preservado, tornou-se objeto de uma visão patrimonialista (o conjunto da produção intelectual e estética humana, a ser guardado e repassado para as gerações futuras).

O passo seguinte se deu com a Revolução Francesa e as demais revoluções burguesas na Europa, que marcam a transição do Antigo Regime para a Modernidade. Operou-se uma profunda transformação em todas as dimensões da vida humana (na política, na economia, no direito) e, dessa forma, também os arquivos foram drasticamente transformados. Surgiu aí o conceito moderno de “Arquivo Nacional”, que tem no seu caráter público (no sentido de “nacional”, relativo ao coletivo dos nascentes Estados modernos) sua marca distintiva. São formadas as grandes coleções, operam-se amplos processos de aquisição e acumulação de acervos – o que reforçou a natureza custodial destas instituições. A necessidade de se ter pessoal qualificado para as nascentes instituições modernas levou à formação dos primeiros cursos profissionalizantes (dos quais o curso da *École des Chartes*, criado em 1821, é paradigmático), voltados essencialmente para regras de administração das rotinas destas instituições.

Por fim, com a consolidação da ciência moderna como forma legítima de produção de conhecimento e de intervenção na natureza e na sociedade, também o campo das humanidades se viu convocado a constituir-se como ciência. Surgiram então, no século XIX, aqueles que seriam os precursores do estabelecimento do projeto de

constituição científica da Arquivologia: a formalização do conceito de fundo (o princípio do respeito aos fundos, de Natalis de Wailly, de 1841) e o *Handeigling voor het ordenen em beschrijven van Archieven* (conhecido como o “Manual dos holandeses”), de 1898. O modelo de ciência então dominante, oriundo das ciências exatas e naturais, voltado para a busca de regularidades, estabelecimento de leis, ideal matemático e intervenção na natureza por meio de processos técnicos e tecnológicos, se expandiu para as ciências sociais e humanas através do Positivismo. Esse é o modelo que inspirou as pioneiras conformações científicas da Arquivologia, que privilegiou os procedimentos técnicos de intervenção: as estratégias de descrição, classificação e ordenação dos acervos documentais dos arquivos. Operou-se um verdadeiro “efeito metonímico”: aquilo que antes era uma parte do processo (operações técnicas para possibilitar o uso das coleções) se tornou o núcleo, o essencial, em alguns casos a quase totalidade do conteúdo do nascente campo da Arquivologia, que se tornou a ciência (positiva) voltada para o desenvolvimento das técnicas de tratamento dos acervos guardados nos arquivos. Esse movimento de consolidação positivista da Arquivologia promoveu, assim, sua “libertação” de outras áreas, sobretudo a História. Até então, a Arquivologia era considerada uma ciência auxiliar da História, num modelo que privilegiava “a dimensão patrimonial de acervos custodiados para servirem à produção historiográfica” (SILVA, E., 2012, p. 40).

Mais do que oposições, os três movimentos acima destacados se somam. A perspectiva patrimonialista voltou-se para os “tesouros” que devem ser custodiados, ressaltando a importância da produção simbólica humana. A entrada na Modernidade enfatizou as especificidades da instituição arquivo, que devia ter estruturas organizadas e rotinas estabelecidas para o exercício da custódia. E a fundamentação positivista priorizou as técnicas particulares da Arquivologia a serem utilizadas para o adequado tratamento do material custodiado. Constituíram-se assim, nos finais do século XIX, os elementos que marcaram a consolidação de um paradigma patrimonialista, historicista, custodial e tecnicista (SILVA et al, 1998) para a Arquivologia.

Contudo, ao longo do século XX, foram se desenvolvendo pesquisas, reflexões e estudos em diferentes países e realidades, que foram gradualmente conduzindo à superação deste paradigma, e levando por fim a abordagens contemporâneas que problematizam os arquivos a partir de um quadro explicativo muito mais complexo. Para a identificação de tais estudos, foi realizado um amplo levantamento bibliográfico relacionado a diferentes épocas e contextos, para a identificação de teorias, conceitos e

métodos mais utilizados e referenciados em manuais, tratados e livros introdutórios. A seguir, buscou-se sistematizar tais estudos, que são apresentados, a seguir, organizados em quatro eixos, segundo sua filiação a correntes teóricas mais amplas das ciências humanas e sociais. Ao final, apresenta-se um panorama dos estudos contemporâneos, realizados já com a conjugação das teorias sistematizadas nos quatro eixos.

3 O APORTE DO PENSAMENTO FUNCIONALISTA

O modelo vigente no final do século XIX, como se viu, acabava por privilegiar um pensamento voltado essencialmente “para dentro”: para os documentos e acervos guardados nos arquivos; para as rotinas e dinâmicas dos arquivos; e para as regras de descrição e ordenação destes acervos. No começo do século XX surgiram manuais e iniciativas que evocavam mudanças no modo de se conceberem os arquivos. Adjetivos como “vivo”, “dinâmico” e “ativo” começam a ser usados para apontar a direção de uma necessária mudança a ser operada nos arquivos de modo a se combater sua inércia e seu fechamento sobre si mesmo. O discurso da eficácia, o imperativo do retorno, para a sociedade e as empresas, dos investimentos feitos foi um dos motes dessa abordagem. De outro lado, o ideal iluminista da universalidade, isto é, do acesso a todos os cidadãos, também convocou a que se pensasse e problematizasse as funções dos arquivos. É nesse contexto que se desenvolveram as teorias funcionalistas² da Arquivologia, ao longo do século XX.

Sendo ao mesmo tempo um sintoma da afirmação disciplinar da Arquivologia e um ensaio da redefinição de suas relações com a História e a Administração, foi publicado em 1922 “*A manual of archive administration*”, por Hillary Jenkinson. O autor buscou enfatizar a administração dos arquivos, argumentando que o profissional não deve ser um historiador. Para ele, o mais importante não é deter o conhecimento em História (ou na área com a qual lida o arquivo, por exemplo, metalurgia), mas sim em entender de arquivo, dos aspectos relacionados ao arquivo (edificação, custódia, etc), do ponto de vista da Arquivologia. Jenkinson propõe uma espécie de “libertação” da

² O Funcionalismo é uma forma de pensamento presente em diversas ciências humanas e sociais que estuda os fenômenos a partir de uma lógica biológica, do modelo de organismo vivo: um todo composto por partes (órgãos) que se interrelacionam, exercendo determinadas funções para a manutenção do equilíbrio do todo. Também conhecida como perspectiva da integração. Sua origem se dá na Sociologia com Durkheim, na Antropologia com Malinowski e na Psicologia, em parte, com o Behaviorismo. Depois, o Funcionalismo se manifestou em ciências sociais aplicadas, como a Pedagogia, a Comunicação, a Administração e, como analisado neste texto, na Arquivologia.

subserviência, por parte do arquivista, a outros campos do saber, em prol de um conhecimento específico sobre os arquivos. Argumenta Jenkinson que os arquivos se formam porque têm duas qualidades importantes, a imparcialidade e a autenticidade, as quais levam ao conhecimento da verdade – a verdade arquivística, não a verdade histórica ou de qualquer outra área, que seria já consequência da investigação e do uso destes arquivos por parte dos profissionais de outras áreas. Tal ponto de vista começou a trazer a questão da eficácia para o universo dos arquivos: tanto a eficácia na gestão dos arquivos como instituições (dotadas de recursos, procedimentos, etc) como da adequação de sua função para a sociedade à qual os arquivos atendem.

Poucos anos depois, em 1928, Eugenio Casanova publicou “*Archivistica*”. Já se manifesta nele uma preocupação sistêmica, pois ele não separa o arquivo administrativo do arquivo histórico (dado que o segundo deriva do primeiro) e no mesmo conceito integra tanto os arquivos públicos como os privados. De acordo com ele, a Arquivologia é composta por três partes: uma relativa à administração geral dos arquivos enquanto instituições (chamada “*archiveconomia*”, termo tomado aos alemães); outra relativa à organização interna dos documentos; e outra relativa à sua natureza jurídica e seus serviços. Um dos tópicos mais importantes diz respeito às funções dos arquivos, e Casanova aponta que, além de recolher os documentos representativos da atividade de entidades e organismos, garantindo sua segurança e preservação, também constitui sua função fazer isso com um menor esforço, poupando trabalho, e utilizando com o máximo de economia as instalações, o pessoal, o tempo e administrando os custos.

Mas é no período entre-guerras que um outro tipo de preocupação aparece para o campo da Arquivologia: trata-se da questão da avaliação de documentos, que emerge em consequência tanto do aumento da produção de documentos como do imperativo da eficácia no âmbito das organizações. Até então, havia diferentes posições em relação ao assunto. Na Inglaterra, adotava-se como postura a ideia de que, na destruição de documentos, não deveria haver qualquer intervenção, por parte dos profissionais de arquivo, pois isso não faria parte das suas atribuições. Tal posição, sustentada por Jenkinson e adotada pela Arquivologia inglesa, propunha como solução deixar a tarefa de eliminação a cargo das próprias administrações.

Até o início da década de 1940, predominava nos Estados Unidos a ideia inglesa de deixar por conta das administrações o papel decisório sobre a avaliação de documentos. Dois autores, contudo (Philip Brooks, em 1940, e Schellenberg, em 1956), vieram a desenvolver uma teorização própria sobre o valor dos documentos. Brooks

chamou a atenção para três “categorias de valor”: a instituição de origem, o estudo da história administrativa da entidade produtora e a história em geral.

Mas é o trabalho de Schellenberg, que se tornou um marco na Arquivologia, que se constituiu a principal referência para os arquivistas americanos. Lopes (2000) chega a propor que, com Schellenberg, constitui-se segunda vertente da Arquivologia: a tradição norte-americana, essencialmente pragmática, que concebe um arquivista voltado para todos os tipos de arquivos, em oposição à corrente “tradicional”, francesa, italiana e espanhola, focada nos arquivos históricos. Também Delsalle (1998, p. 191) destaca a importância dessa corrente como uma nova teoria arquivística.

Schellenberg (1973) considerou a existência de um valor primário (para a entidade produtora) e um valor secundário (para a investigação). Introduziu ainda a distinção entre valor evidencial e valor informativo como dois aspectos do valor secundário – o que significou, em certa medida, a incorporação dos critérios alemães para orientar a avaliação.

As ideias americanas sobre avaliação representam uma síntese das posições inglesa e alemã e procuram atingir um objetivo muito concreto: conservar um máximo de informação preservando um mínimo de documentos. Conforme Kolsrud (1992), os EUA conseguiram a façanha de destruir 99% da documentação produzida em certos serviços administrativos governamentais – com um impacto imenso tanto na questão da eficácia do funcionamento destes órgãos como proporcionando uma grande redução de custos. G. Philip Bauer chegou mesmo a defender que o valor dos documentos deveria ser ponderado em função dos custos de sua preservação, solução pragmática que veio a ser enfatizada em anos mais recentes (PINKETT, 1981). Formou-se assim o campo da *Archival Appraisal* – relacionado com a avaliação dos documentos arquivísticos.

Outro conceito que se afirma no pós-guerra, e que também se insere na perspectiva funcionalista, é o de *record group* – uma adaptação americana do “princípio da proveniência” tal como este era concebido na Europa. Tal conceito surgiu em 1941, no *National Archives* de Washington, para possibilitar uma flexibilidade na organização dos documentos produzidos por diferentes entidades. Como explica Pinkett (1981), os documentos recebidos pelos arquivos americanos, procedentes das administrações, tendiam a apresentar-se muito mais desorganizados do que os europeus, onde a tradição administrativa era mais propícia a possibilitar o respeito pela ordem original após as incorporações nos arquivos definitivos.

A formalização deste conceito acabou por propiciar o surgimento do fenômeno da *records management*, a gestão de documentos arquivísticos, bastante ligado ao contexto do crescente aumento da produção documental. A *records management* visava a intervenção da ação arquivística logo na primeira idade dos documentos, isto é, na fase da sua produção e tramitação nos serviços administrativos, com a finalidade de aplicar métodos de economia e eficácia na gestão documental. De acordo com Pinkett (1981), essa visão americana marca a preponderância das considerações pragmáticas sobre o arranjo de documentos.

A gestão documental afirmou-se como uma nova área com estreito vínculo com a Administração, marcando uma ruptura com a Arquivologia até então mais voltada para a documentação de interesse histórico. Passou a referir-se não só à produção e uso de documentos, mas, também, à avaliação e seleção destes. Essa nova área foi encarada pelo Congresso americano como fundamental para a administração, a ponto de, em 1947, ter sido criado um grupo específico para se dedicar ao problema da *records management*, com o objetivo de reduzir os custos da produção documental e melhorar a qualidade dos documentos. Em consequência dos trabalhos desse grupo, foi promulgado em 1949 um decreto que criou o *General Service Administration*, ao qual ficou submetido o Arquivo Nacional, agora com a designação de *National Archives and Records Service* (NARS).

Uma iniciativa paralela, de acordo com Delsalle (1998) deu-se, também nos EUA, a partir de 1914, por iniciativa de Irene Warren, da Universidade de Chicago, que reuniu um grupo de interessados em classificação de documentos. Em 1927 esse grupo formalizou uma associação em Chicago que, em 1954, tornou-se nacional: a *American Records Management Association*. No seio desta associação criou-se posteriormente o periódico *Records Management Quarterly*.

Destaca-se também o impacto da evolução tecnológica, principalmente a partir da segunda metade da década de 1940, em variados aspectos dos arquivos e das etapas da “vida” dos documentos. A esta evolução associou-se o fenômeno que ficou conhecido como “explosão documental”. Os meios automatizados, que começaram a ser associados ao tratamento da informação, revolucionaram os processos até então usados e fizeram surgir novas abordagens dos documentos, sobretudo dirigidas aos conteúdos informativos, já que a informação havia ganhado estatuto de recurso indispensável da investigação e do desenvolvimento. O fenômeno da explosão documental colocou para os arquivos um novo problema e, como consequência, a necessidade de medidas de caráter pragmático para as incorporações nos já saturados

arquivos históricos – tal fato potencializou o problema da avaliação e das eliminações. Delsalle argumenta (1998, p. 192) que, junto com a preocupação com novos tipos de documentos e novos princípios arquivísticos (a teoria das idades do documento de Schellenberg), as novas tecnologias compõem um quadro que revoluciona a Arquivologia no período que vai de 1950 a 1980, desde o impacto do microfilme (que é pela primeira vez problematizado teoricamente na *Gazette des Archives* de 1950) às repercussões da tecnologia digital no fazer arquivístico.

Uma vertente completamente diferente, dentro da Arquivologia, mas que também representa uma manifestação do pensamento funcionalista, é a que vincula a atividade arquivística à ação cultural. Conforme Alberch i Fugueras et al (2001), trata-se de uma parcela muito pequena do campo (que se desenvolveu em grande parte na tradição da pesquisa histórica e da gestão de documentos no âmbito administrativo) mas que, nem por isso, tem menor importância, na medida em que vem desempenhar uma outra função dos arquivos - uma função cultural e pedagógica – por meio da qual os arquivos se dinamizam. Conforme os autores, tal âmbito de atividades representa uma “função”, porque tem a força de situá-la em pé de igualdade com a clássica e irrenunciável função jurídico-administrativa dos arquivos, e é, ao mesmo tempo, estratégia de “ação e dinamização”, porque pressupõe vontade de atuação, de movimento, de manifestação de uma força, desejo de fazer chegar esses serviços e produtos ao grande público.

Conforme argumentam Alberch i Fugueras et al (2001), o objetivo primeiro dos arquivos, de organizar e conservar adequadamente os documentos, adquire toda a sua dimensão cidadã ao se assumir que eles colaboram para a aceitação dos valores de patrimônio público, memória, identidade e conhecimento. Existe, pois, um papel dos arquivos no fomento e difusão dos valores assumidos pela sociedade como fundamentais.

4 PENSAMENTO CRÍTICO NA ARQUIVOLOGIA

Ao longo do século XX, o impacto do pensamento crítico³ sobre o positivismo, a sociedade e o ser humano começou a se manifestar no espaço reflexivo sobre os

³ A perspectiva crítica refere-se a um amplo movimento do pensamento nas várias ciências humanas e sociais. Sua postura epistemológica básica é a dúvida, a suspeição de que a realidade tenha uma existência nela mesma, e também a ideia de que é o conflito, e não a integração, que estrutura a realidade humana. Nesse sentido, os estudos realizados nesta perspectiva buscam analisar fenômenos ocultos ou escondidos por detrás das aparências, como a ideologia (no caso

arquivos. Também tendo como centro de preocupação as relações entre os arquivos e a sociedade, desenhou-se uma perspectiva calcada sobretudo na denúncia de processos de dominação, de ações ideológicas ocultas por detrás de práticas tidas como pretensamente neutras, no questionamento sobre as reais necessidades a serem atendidas e sobre os enquadramentos culturais promovidos. Essa abordagem se construiu tanto na crítica ao paradigma patrimonialista quanto à corrente funcionalista. Seu ponto de partida é uma concepção da realidade humana como fundada no conflito, na luta de interesses entre atores em posições desiguais por condições de domínio e legitimidade – por meio principalmente (mas não só) do conceito de ideologia.

O desenho de uma Arquivologia crítica começou principalmente a partir de análises sobre os critérios utilizados pelos arquivos e pelo revisionismo das práticas pós-Revolução Francesa. É o caso, por exemplo, da análise de Bautier, em 1961, sobre os erros e contradições da Revolução Francesa, com a reordenação dos arquivos baseada em concepções ideológicas (SILVA et al, 1998). Nos anos 1960, alguns autores começaram a questionar a suposta “naturalidade” dos princípios e práticas arquivísticas.

No mesmo período, a questão do poder de posse de documentos também ganhou destaque com os processos de descolonização na África, Ásia e América. A reconstrução dos patrimônios arquivísticos nacionais foi inclusive tema de debate na XVII *Conférence Internationale des Tables Rondes des Archives - CITRA* (SILVA et al, 1998), reconhecendo-se que a identidade de um país se revê, em grande parte, nos seus arquivos.

Nas décadas de 1960 e 1970, sob forte impulso da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), ganharam espaço as discussões sobre as políticas nacionais de informação – e, dentro delas, as questões relativas aos arquivos (JARDIM, 1995). Entre as várias problemáticas envolvidas nesse processo estão as de direito à informação como condição de cidadania em relação com os critérios de sigilo dos documentos de Estado (MATTAR, 2003) e a necessidade de transparência por parte do Estado (JARDIM, 1995). O estudo da ação do Estado como estrutura totalizadora capaz de legitimar uma “cultura dominante” encontrou em Bourdieu e Gramsci adequados referenciais para a construção das estratégias de análise (FONSECA, 2005, p. 48), buscando ver em que medida “os registros escritos”

do pensamento marxista) ou o inconsciente (no caso da Psicanálise), entre outros. Manifestações de pensamento crítico também se verificam em várias ciências do campo das humanidades, desde a Sociologia e a Psicologia até os campos aplicados da Pedagogia, Comunicação, Administração e Arquivologia.

podem estar “a serviços das classes dominantes” (SOUSA, 2007, p. 96).

Numa linha bastante diversa, e em diálogo com a Psicanálise, existe também uma perspectiva crítica mais voltada para a análise da “obsessão” das sociedades contemporâneas com o arquivamento, com o registro de cada momento da experiência e o adequado tratamento desse registro (COLOMBO, 1992).

É, contudo, no âmbito da Arquivologia canadense que se desenvolvem importantes estudos conforme a perspectiva crítica. Considerado o “pai” dessa abordagem (FONSECA, 2005, p. 60), Terry Cook inaugurou, em 1994, sob a expressão de uma “arquivística pós-moderna”, um campo de reflexões na tentativa de superar as visões positivistas calcadas em pressupostos de neutralidade e passividade. Para Cook, uma nova visão da Arquivologia deveria problematizar noções como a de autoridade, evidência e verdade. Tal postura teria um impacto imenso na própria prática profissional dos arquivistas, que não deveriam mais apenas seguir um “script” que vem sendo naturalizado pela rotina de repetição de práticas passadas, mas sim questionar suas ações percebendo que os arquivos e seus documentos refletem relações de poder, não são depósitos passivos mas locais ativos onde poderes sociais são negociados, contestados e confirmados (COOK, 1997; SCHWARTZ; COOK, 2002). Em suma, trata-se de uma perspectiva teórica que propõem uma viragem das preocupações da Arquivologia, da ênfase nos documentos e seu conteúdo para o seu “contexto”. Os arquivos são vistos como instrumentos de poder que influenciam no direcionamento do ensino formal, na construção da memória coletiva, da identidade nacional e, enfim, o modo como conhecemos a nós mesmos.

Desdobramentos desta abordagem foram feitos em estudos sobre usos políticos dos arquivos para a legitimação de sistemas totalitários em vários países. Um é o estudo de Caswell (2010) sobre as ações em tribunais pelo regime do Khmer Vermelho no Camboja a partir da teoria da banalidade do mal de Arendt. A autora enfatiza a importância da reflexão crítica dos profissionais de arquivo para não se tornarem cúmplices de “burocracias da morte”, de “regimes genocidas”, por meio de práticas de avaliação ou manutenção de arquivos e de facilitação de práticas de assassinatos em massa por meio de documentação. Outro exemplo é o estudo de Harris (2007) sobre a realidade da África do Sul com uso de categorias da obra de Derrida, que buscou analisar o papel dos arquivos no processo de construção da memória sobre o passado opressivo do regime *apartheid* – os arquivos como ferramentas de justiça e democracia, isto é, modeladores das políticas da memória. Um último exemplo é o estudo de Montgomery (1995) sobre o uso de arquivos por ONGs de direitos humanos para

documentação de abusos a partir do conceito de *accountability*. No Brasil, esse tipo de perspectiva tem importância extrema em questões contemporâneas como a Lei de Acesso à Informação de 2011 e os trabalhos da Comissão da Verdade relacionados com a reconstrução da memória dos períodos ditatoriais vividos no país.

Por fim, deve-se destacar a relevante contribuição de García Gutiérrez (2008), que faz uma grande crítica às perspectivas funcionalistas e tecnicistas, que seriam absolutistas e sobretudo subservientes a determinadas posições dominantes. Como solução, o autor propõe a construção do que ele chama de “operador complexo” (que possibilitaria a explicitação das várias posições e interesses em determinada questão ou tema) em parceria com o “operador transcultural” (responsável por equilibrar os possíveis tratamentos injustos da memória mediante alertas e recriminações) para a construção de sistemas de preservação, representação e busca de registros do conhecimento humano.

5 O ESTUDO A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS SUJEITOS

Outra tradição de estudos se constituiu a partir da crítica tanto aos estudos funcionalistas como aos críticos, na medida em que ambos tendiam a ver apenas a ação dos arquivos sobre a sociedade e os indivíduos, estes tomados apenas como seres passivos, meros receptáculos de informação. Foi no resgate ao papel de sujeitos ativos e no estudo de suas apropriações, suas diferentes necessidades e usos que se construiu toda uma perspectiva de estudos – os estudos de usuários de arquivos.

Tal discussão começou a ser efetivamente realizada na década de 1960, dentro das discussões mais amplas sobre a liberalização do acesso aos arquivos, em pelo menos três grandes discussões promovidas pelo Conselho Internacional de Arquivos: o Congresso Extraordinário, realizado em Washington, em 1966; a X CITRA, que ocorreu em Copenhague, em 1967; e o VI Congresso Internacional, que aconteceu em Madri no ano de 1968 (SILVA et al, 1998). Todavia, a temática só ganhou maior relevo na década seguinte. Verificou-se o reconhecimento de vários interesses, em certa medida contraditórios, tais como o direito à liberdade de informação em oposição ao direito à privacidade e confidencialidade e à necessidade de preservação e segurança dos documentos. No VII Congresso Internacional de Arquivos, em Moscou, 1972, foram discutidos, entre outras questões, os instrumentos de pesquisa nos arquivos. Dois anos depois, no VIII Congresso, em Washington, um dos temas principais foi a “revolução no

acesso aos arquivos”. E depois de mais dois anos, em Londres, no IX Congresso, debateu-se a utilização e a utilidade dos arquivos.

Apesar disso, duas décadas depois, a temática continuou sendo muito pouco expressiva no âmbito do conhecimento científico gerado na Arquivologia. Para Conway (1986), tal fato se deve a uma certa “relutância” arquivística para uma maior compreensão dos usuários. Conforme Jardim e Fonseca (2004), tal temática, em variados levantamentos, não atinge 3% do total de pesquisas realizadas. Os autores destacam alguns dos estudos pioneiros do campo, entre os quais o de Taylor, que em 1984 estudou os níveis de necessidades de informação, buscando a indicação dos melhores instrumentos de pesquisa e a identificação dos tipos de usuários nas diferentes fases do ciclo vital dos documentos; de Dowler, que em 1992 propôs que se devem buscar nas ciências sociais instrumentos para a compreensão real das necessidades dos usuários; de Dearstyne, que em 1987 propôs um modelo com seis áreas de estudo, incluindo a de incentivo ao uso dos acervos arquivísticos; de Pugh, que em 1992 propôs conciliar os princípios arquivísticos com as necessidades informacionais dos usuários; o de Cox, que em 1992 elaborou quatro campos de estudo; e o de Wilson, que realizou em 1995 um *survey* com arquivistas e detectou que a preocupação com os usuários aparece com uma menor importância, correspondendo à sua posição de “fase final”, última etapa do processo arquivístico.

Na década de 1980, basicamente duas linhas de pesquisa se delinearam. Por um lado, desenvolveram-se estudos para garantir maior acesso aos documentos arquivísticos, por meio da eliminação de barreiras (DUCHEIN, 1983), criação de instrumentos de recuperação (DOOLEY, 1992) e maior conhecimento dos interesses dos públicos (PUGH, 1982). De outro lado, desenvolveu-se um conjunto de estudos que buscaram perceber, na prática de estudos com usuários, uma reorientação da prática profissional como um todo, de forma a que os resultados desses estudos interferissem nas demais ações e práticas arquivísticas (JIMERSON, 1989). Uma das maiores defesas desse argumento é feita por Dowler (1988), para quem o uso deve ser a base a partir da qual a prática arquivística deveria ser construída. O pesquisador propõe que deveria existir uma relação entre o uso da informação e os modos como ela é ou pode vir a ser recolhida, armazenada, organizada e fornecida. Seria a partir dessa relação que o valor dos documentos (e da informação contida neles) iria ser determinado e as práticas arquivísticas definidas. Linha semelhante é defendida por Blais, Enns e Richan (1992) que defendem que os arquivistas deveriam sair de sua “torre de marfim”.

Juntas, essas duas linhas acabaram por aproximar o campo dos arquivos do

conceito de informação e da temática relativa às necessidades de informação. Nesse sentido, Delsalle (2000) argumenta que se ampliou a perspectiva de estudos de usos e utilidades dos arquivos, contemplando-se um leque mais variado como a utilidade administrativa jurídica, a utilidade administrativa financeira e a utilidade histórica. Também se buscou, progressivamente, elaborar tipologias de usuários: “Essencialmente, a literatura arquivística classifica três grupos distintos de potenciais usos dos registros orgânicos: a) acadêmico-científico; b) administrativo; e c) popular” (ÁVILA; SOUSA, 2011, p. 43).

Em anos seguintes, essa tendência continuou presente. Conforme aponta Silva (2011), uma das mais significativas é a aproximação entre a Arquivologia e a gestão do conhecimento, com uma agenda de pesquisas que passou a priorizar o “usuário do lado de dentro do balcão”, isto é, o produtor de documentos e/ou responsável por sua tramitação, numa clara ênfase de estudos nos arquivos correntes.

Coeuré e Duclert (2001) destacam também haver um incremento geral do interesse pelos estudos de usuários, inicialmente focados nos historiadores, passando a abranger também o estudo de cidadãos, notadamente em relação ao interesse pela história familiar e em atividades de ensino, bem como a utilização destes conhecimentos na montagem de exposições e outras atividades por parte dos arquivos. Os autores destacam três grandes tipos de usos dos arquivos: administrativo (reforçar a eficácia na administração do Estado e de demais tipos de instituições), histórico (por meio do qual eles se constituem os principais recursos para a pesquisa histórica) e patrimonial (acessível a um grande público, exercendo um papel cívico). Cidadania e direito à informação passaram a compor parte importante das discussões sobre usuários no campo da Arquivologia (BLAYA PEREZ; MENEZES, 2009).

6 ESTUDOS SOBRE REPRESENTAÇÃO

Questões ligadas aos princípios de organização e descrição dos documentos arquivísticos surgiram e foram debatidas durante todo o período de consolidação do paradigma patrimonialista. Contudo, foi a partir de 1898, ano da publicação do manual de Müller, Feith e Fruin, que tal questão ganhou um estatuto diferente. Embora fundamental para a consolidação da perspectiva tecnicista no seio deste paradigma, e contribuindo para a autonomização da Arquivologia como campo de conhecimento, este manual também abriu caminho para a construção de um espaço reflexivo sobre as normas e técnicas arquivísticas.

Diversas aplicações práticas de instrumentos de classificação, inclusive de sistemas de classificação bibliográfica, foram testadas nos anos seguintes, embora sem uma significativa reflexão teórica – o que só aconteceu em manuais posteriores, como os de Tascón, de 1960, e de Tanodi, em 1961, e em obras teóricas de pesquisadores como Schellenberg. Nas décadas de 1970 autores como Laroche e Duchein problematizaram os princípios de ordenamento confrontando o conceito de *record group* surgido nos EUA com o princípio da proveniência europeu.

No final desta década, começaram a aparecer as primeiras reflexões sobre os registros eletrônicos, cabendo a Dollar (1992) o pioneirismo na teorização de tal questão, em relação à avaliação e ao valor informativo do documento – para além da ideia de suporte e conteúdo informativo.

Os aspectos relacionados com preservação e autenticidade também estiveram no centro dos debates sobre os documentos digitais, envolvendo pesquisadores como Duranti (1989), que propôs uma revitalização dos estudos sobre a Diplomática e a necessidade de aplicação de seus fundamentos aos documentos eletrônicos. Duranti e Eastwood (1995) são autores que, nesta linha, vêm desenvolvendo reflexões sobre o valor probatório dos documentos eletrônicos.

O impacto dos suportes digitais também motivou o crescimento da pesquisa na área de normalização arquivística (SILVA, E.; 2012). Na década de 1990, contudo, o tema mais presente nas discussões teóricas da comunidade arquivística internacional foi o da elaboração de normas descritivas. A introdução dos meios informáticos foi o principal fator a impor a necessidade de padronização no trabalho descritivo (como condição para se obter mais sucesso nas pesquisas) mas, também, destaca-se a troca de informações entre diferentes organismos e a possibilidade de sua ligação em rede.

Os antecedentes dessa produção se desenvolveram de formas distintas. Nos Estados Unidos, com as regras de descrição para arquivos e manuscritos de Hensen, que tiveram sua primeira versão apresentada em 1983 e que, nos anos seguintes, passaram a ser aplicadas de forma corrente nos arquivos americanos e depois serviram de base para um formato para troca de registros legíveis por máquina. A partir do formato MARC, criado pela *Library of Congress*, surgiu o MARC AMC para possibilitar a troca de registros arquivísticos. Na Inglaterra, foram desenvolvidas normas de descrição arquivística a partir de um projeto nascido na Universidade de Liverpool, sob orientação de Michael Cook, tendo como resultado o *Manual of Archival Description* (MAD), também com diferentes versões publicadas. No Canadá, ao longo da década de 1980 foram feitos esforços de normalização por parte da *Association of Canadian*

Archivist e da Association des Archivistes du Québec, congregados em 1986 no *Bureau Canadien des Archivistes*. Dos trabalhos deste grupo, e de um comitê específico criado a seguir, surgiram as *Rules for Archival Description*, cuja publicação se iniciou em 1990. O modelo seguido foi o da segunda edição das *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR2), porém com uma elaboração assentada numa cuidadosa análise dos princípios que norteiam a prática arquivística.

As três experiências citadas foram os documentos base de trabalho de uma comissão criada no *International Council of Archives* (ICA) em 1990, incumbida de preparar uma norma internacional de descrição arquivística – que veio a ser denominada *General International Standard Archival Description - ISAD (G)*, aprovada no XII Congresso Internacional de Arquivos, em 1992, em Montreal. A ISAD (G) consagrou o princípio básico da descrição multinível e definiu os elementos descritivos essenciais para qualquer tipo de descrição em arquivos. Alguns anos depois, a mesma comissão se dedicou ao estudo de outra norma, para definição de critérios para a preparação de registros de autoridade, para serem estabelecidos pontos de acesso em consonância com a descrição arquivística. Desse estudo surgiu a *International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families - ISAAR (CPF)*, publicada em 1996.

Em anos recentes, novas pesquisas vêm destacando outros aspectos relacionados com a representação dos documentos arquivísticos, tais como a possibilidade de indexação por assunto como forma de acesso aos documentos arquivísticos (RIBEIRO, 2003) e a importância de critérios diferentes de classificação conforme proveniência, assunto e sigilidade (SOUSA, 2007) e as diferentes dimensões de representação do documento de arquivo, que tem um significado prático e também significado simbólico (JIMERSON, 2000).

7 PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS

A década de 1960 marcou o início de uma preocupação com a questão teórica no campo da Arquivologia. Momento importante desse debate foi a VII CITRA ocorrida em Madrid no ano de 1962, com o tema “O conceito de arquivo e as fronteiras da Arquivística”. Instalava-se o debate sobre o objeto da área e a necessidade de maior formulação teórica.

Neste sentido, registra-se o pioneirismo de Tanodi (1961) que definiu como objeto do campo a “*arquivalia*”, um conjunto de documentos produzidos por

determinada entidade, relacionada com a vida desta e tendo relações entre si. Ampliava-se consideravelmente a perspectiva de estudo da Arquivologia - que deixava de ser entendida como a ciência dos documentos de arquivo ou da instituição arquivística.

Na década seguinte, no âmbito do Programa Geral de Informação (PGI) da Unesco, criado em 1976, surgiu, no ano seguinte, o Programa de Gestão dos Documentos e dos Arquivos (RAMP), estruturado em coordenação com o ICA. Tal programa, voltado para diferentes áreas da Arquivologia, assegurou a publicação de importantes documentos, que se somaram aos trabalhos teóricos que vinham sendo desenvolvidos.

Assim, além de perspectivas ligadas ao acesso (vistas no tópico sobre os usuários) e políticas de informação (vistas no tópico de perspectivas críticas), são publicados e debatidos trabalhos pioneiros nos campos de diferentes tipos de arquivos, do impacto das tecnologias digitais na Arquivologia e, por fim, emergiu uma compreensão integrada de arquivos.

A temática sobre os tipos especiais de arquivos teve, de fato, certa relevância nas reuniões internacionais do ICA, sendo promovidos encontros sobre arquivos impressos, de literatura e de arte, audiovisuais, bem como pesquisas, no âmbito dos estudos RAMP, sobre avaliação de arquivos de imagens em movimento, arquivos sonoros, documentos contendo informações pessoais, entre outros (SILVA et al, 1998).

Contudo, a maior inovação teórica da Arquivologia surgiu no começo dos anos 1980. Algumas manifestações dessa inovação podem ser observadas já na década de 1920, na intuição sistêmica de Casanova que buscou não separar o arquivo administrativo do arquivo histórico. Mas o artigo inaugural dessa nova abordagem é o de Ducharme e Rousseau, de 1980, que apresenta uma visão sistêmica do fluxo documental. Dois anos depois, Couture e Rousseau formalizam a busca, pela Arquivologia do grupo de Québec, de uma síntese dos *records management* e da *archives administration*, a partir de uma visão global dos arquivos, considerando a gestão de documentos no campo de ação da Arquivologia, isto é, abarcando as tradicionalmente chamadas três idades dos documentos numa perspectiva integrada (COUTURE et al, 1999). Tal abordagem passou a desenvolver-se de formas específicas por autores de variados contextos, tais como Cortés Alonso e Conde Villaverde na Espanha, Menne-Haritz na Alemanha, Cook na Inglaterra e Vásquez na Argentina (SILVA et al, 1998).

Assim, como decorrência tanto do impacto das reflexões da Arquivologia

integrada como das tecnologias da informação e dos tipos especiais de arquivo, o arquivo passou a ser cada vez mais caracterizado como um sistema de informação, e o objeto de estudo da Arquivologia, como a informação arquivística. Na sistematização de Silva (2008), essa seria a terceira fase da Arquivologia, surgida após uma primeira fase de maior ligação com a História e uma segunda com a Administração. Pouco depois, surgiu a expressão pós-custodial para designar essa nova fase da Arquivologia (COOK, 1997), em torno de uma perspectiva informacional para o campo. Nessa mesma linha desenvolveu-se a perspectiva sistêmica em torno da ideia de “arquivo total” em Portugal, congregando pesquisadores como Silva e Ribeiro (SILVA et al, 1998). Outras temáticas contemporâneas são as que relacionam os arquivos com as atividades de registro da história oral e o campo dos arquivos pessoais e familiares (COX, 2008).

Estudos recentes também têm destacado a necessidade de se estudar os arquivos como construções sociais (THOMASSEN, 2006). Nessa mesma linha, Delgado Gómez e Cruz Mundet (2010) propõem que a Arquivologia deva acabar com a tradicional fissura entre a lógica do arquivo e a sociedade no qual ele se insere. Para tanto, a Arquivologia deveria deixar de ser vista como uma ciência que “documenta a verdade dos fatos” para ser uma ciência voltada para a discussão dos documentos como resultado e reflexo de uma multiplicidade de tensões sociais que se produzem em tempo e lugar determinados – isto é, que vê os documentos como construtos produzidos segundo determinadas regras do discurso, determinadas “condições de documentar”.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Arquivologia é um campo científico com tradição consolidada. Registraram-se avanços epistemológicos importantes nas últimas décadas, na medida em que o campo buscou agregar as várias contribuições advindas das diferentes perspectivas teóricas desenvolvidas. Nesse sentido, um importante fato foi a progressiva construção de uma cultura de pesquisa na área, como incremento das atividades em universidades, ampliando o escopo da área até então muito marcada por um viés prático (MARQUES, 2012). Também importante é a sintonia buscada entre a área e a realidade contemporânea marcada por novos significados e usos dos documentos e dos processos de sua organização. Assim, pode-se dizer que “a Arquivologia vem abandonando as ideias relativas à custódia passiva dos registros arquivísticos e o seu modelo histórico-tecnicista, cada vez mais assumindo o seu papel enquanto

construtora e mediadora ativa na formação da memória coletiva” (SILVA, W.; 2012, p. 69). Nesta mesma linha, também Szlejcher (2011) argumenta sobre a importância da complexidade da realidade contemporânea (dinâmica, multicultural, globalizada, inovadora e marcada pelo protagonismo das tecnologias de informação) como um elemento a exigir respostas imediatas e, portanto, a provocar mudanças no campo arquivístico.

Assim, novos serviços, ações dinâmicas, modelos voltados para a interação com os usuários e os contextos socioculturais, bem como a utilização das tecnologias digitais são sinônimo da vitalidade da Arquivologia. No plano epistemológico, deve-se ressaltar em primeiro lugar um avanço na própria concepção do objeto de estudo do campo: de uma tendência marcadamente voltada para o *concreto* (o estudo dos documentos, das instituições arquivísticas, das normas construídas para o tratamento destes documentos) para uma progressiva incorporação da *abstração*: as funções sociais dos arquivos, as relações de poder que eles sustentam ou alteram, as apropriações que os sujeitos fazem deles, os diferentes significados que os documentos podem assumir. Esse é o ponto comum que liga as abordagens contemporâneas: o entendimento dos fenômenos arquivísticos num quadro mais amplo de compreensão – daí resulta sua consolidação propriamente *científica* enquanto campo de conhecimento.

E esse desenvolvimento, como se pretendeu demonstrar aqui, tem evidenciado que a diversidade de correntes teóricas que compõe o campo da Arquivologia não tem sido um empecilho à sua evolução. Antes, são sintoma de sua versatilidade e de sua pluralidade, sempre em busca de modelos mais complexos de compreensão da realidade arquivística.

REFERÊNCIAS

- ALBERCH I FUGUERAS, R. et al. *Archivos y cultura: manual de dinamización*. Gijón: Trea, 2001.
- ÁVILA, R. F.; SOUSA, R. T. A aporia dos estudos de comportamento informacional na Arquivística. *Cenário Arquivístico*, v. 4, n. 1, p. 41-53, jan./jun. 2011.
- BLAIS, G.; ENNS, D.; RICHAN, D. Out of the Ivory Tower: public programming in Canadian archives. In: *Canadian Archives in 1992*. Ottawa: Canadian Council of Archives, 1992, p. 135-156.

BLAYA PEREZ, C.; MENEZES, P. L. O usuário e o direito à informação. *Ponto de Acesso*, v. 1, n. 2, p. 49-69, jul./dez. 2007.

CASWELL, M. Khmer Rouge archives: accountability, truth, and memory in Cambodia. *Archival Science*, v. 10, n. 1, p. 25-44, 2010.

COEURÉ, S.; DUCLERT, V. *Les archives*. Paris: La Découverte, 2001.

COLOMBO, F. *Os arquivos imperfeitos: memória social e cultura eletrônica*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CONWAY, P. Facts and frameworks: an approach to studying users and archives. *American Archivist*, v. 49, P. 393-407, 1986.

COOK, T. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. *Archivaria*, v. 43, p. 17-63, 1997.

COUTURE, C. et al. *Les fonctions de l'archivistique contemporaine*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1999.

COX, R. *Personal archives and a new archival calling: readings, reflections and ruminations*. Duluth: Litwin, 2008.

DELGADO GÓMEZ, A.; CRUZ MUNDET, J.R. *El archivo como construcción social*. Candelaria: Asarca, 2010.

DELSALLE, P. *Une histoire de l'archivistique*. Sainte-Foy: Presses de l'Université du Québec, 2000.

DOLLAR, C. *Archival theory and information technologies: The impact of information technologies on archival principles and methods*. Macerata: University of Macerata, 1992.

DOOLEY, J. Subject indexing in context. *American Archivist*, v. 55, p. 344-354, 1992.

DOWLER, L. The role of use in defining archival practice and principles: a research agenda for availability and use of records. *American Archivist*, v. 51, p. 74-95, 1988.

DUCHEIN, M. *Obstacles to the access, use and transfer of information from archives: a RAMP study*. Paris: Unesco – General Information Programm; Unisist, 1983.

DURANTI, L. Diplomatics: new uses for an old science. *Archivaria*, v. 28, p. 6-24, 1989.

DURANTI, L.; EASTWOOD, T.. Protecting electronic evidence: a progress report on a research study and its methodology. *Archivi & computer*, v. 3, p. 213-250, 1995.

FONSECA, M. O. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. *Uma outra memória é possível*. Petrópolis: Vozes, 2008.

HARRIS, V. *Archives and justice: a South African perspective*. Chicago: Society of American Archivists, 2007.

JARDIM, J. M. *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói: EdUFF, 1995.

JARDIM, J.M., FONSECA, M.O. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. *Datagramazero*, v. 5, n. 5, out. 2004.

JIMERSON, R. (Ed.). *American archival studies: readings in theory and practice*. Chicago: The Society of American Archivists, 2000.

JIMERSON, R. Redefining archival identity: meeting user needs in the information society. *American Archivist*, v. 52, p. 332-340, 1989.

KOLSRUD, O. The Evolution of Basic Appraisal Principles- Some Comparative Observations. *American Archivist*, v. 55, p. 26-39, 1992.

LOPES, L. C. *A nova arquivística na modernização administrativa*. Rio de Janeiro: Papéis e Sistemas, 2000.

MARQUES, A. A. C. A arquivologia no Brasil: algumas considerações históricas e sua configuração atual. In: RODRIGUES, G.; COSTA, M. (Orgs). *Arquivologia: configurações da pesquisa no Brasil – epistemologia, formação, preservação, uso e acesso*. Brasília: Ed. da UnB, 2012, p. 21-36.

MATTAR, E. (org). *Acesso à informação e política de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

MONTGOMERY, B. Archiving human rights: the records of amnesty international, USA. *Archivaria*, v. 39, p. 108-131, 1995.

PINKETT, H. American archival theory: the state of the art. *American Archivist*, v. 44, n. 3. p. 217-222, 1981.

PUGH, M.J. The illusion of omniscience: subject access and the reference archivist. *American Archivist*, v. 45, 1982, p. 33-44.

- RIBEIRO, F. *O acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; MCT; MCEC, 2003.
- RUFEIL, M. *Manual de teoría archivística y glosario*. Córdoba: Brujas, 2009.
- SCHELLENBERG, T. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1973.
- SCHWARTZ, J.; COOK, T. Archives, records and power: the making of modern memory. *Archival Science*, v. 2, p. 1-19, 2002.
- SILVA, A. M. et al. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento, 1998.
- SILVA, D. A. Arquivos: uma abordagem inicial sobre o termo “usuário”. *Cenário Arquivístico*, v. 4, n. 1, p. 9-21, jan./jun. 2011.
- SILVA, E. P. A noção de informação arquivística. In: RODRIGUES, G.; COSTA, M. (Orgs). *Arquivologia: configurações da pesquisa no Brasil – epistemologia, formação, preservação, uso e acesso*. Brasília: Ed. da UnB, 2012, p. 37-68.
- SILVA, W. A. Zonas interdisciplinares entre a arquivologia e a ciência da informação: cartografia das práticas discursivas. In: RODRIGUES, G.; COSTA, M. (Orgs). *Arquivologia: configurações da pesquisa no Brasil – epistemologia, formação, preservação, uso e acesso*. Brasília: Ed. da UnB, 2012, p. 69-95.
- SOUSA, R. Classificação. In: SANTOS, V.; INNARELLI, H.; SOUSA, R. *Arquivística: temas contemporâneos*. São Paulo: Senac, 2007.
- SZLEJCHER, A. Investigación y formación archivística: los nuevos desafíos. In: MARQUES, A.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. (Orgs). *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras: I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia*. Brasília: Thesaurus, 2011, p. 17-52.
- TANODI, A. *Manual de archivología hispanoamericana: teorías y principios*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 1961.
- THOMASSEN, T. Uma primeira introdução à arquivologia. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, 2006.